

A pressão dos bancos credores. Até agora, inútil.

A ministra Zélia Cardoso de Mello, que vem mantendo frequentes contatos com as autoridades americanas sobre a possibilidade de reclassificação dos empréstimos de longo prazo dos bancos dos EUA ao setor público brasileiro (cerca de US\$ 17 bilhões), não se tem mostrado impressionada com a pressão dos credores. E, a confirmar-se a disposição de Washington de não reclassificar os ativos brasileiros, ela parece prestes a marcar um importante gol político nas relações com os grandes bancos americanos.

Na semana passada, quando a Argentina anunciou que retornaria as negociações com o comitê dos bancos credores e faria um pagamento simbólico de juros, um representante do comitê fez questão de chamar a atenção para o contraste entre a atitude do governo de Buenos Aires e a decisão brasileira de não reiniciar os pagamentos de imediato. (Na quinta-feira, a Argentina retomou os contatos com os bancos e fez um pagamento de US\$ 40 milhões,

uma fração dos US\$ 6,3 bilhões de juros atrasados que acumulou nos últimos dois anos.)

Embora considerada pouco provável nos meios oficiais de Washington, a hipótese de reclassificação — que forçaria os bancos a alocar reservas específicas para seus ativos brasileiros — não está afastada do ponto de vista técnico: o Brasil não paga os juros da dívida de longo prazo aos bancos desde meados do ano passado.

A instabilidade recente de parte do sistema bancário americano poderia também levar os reguladores a recomendar a reclassificação para proteger sua credibilidade.

Fontes bem informadas de Washington avaliaram, no entanto, que a reclassificação, agora, é pouco provável, porque causaria mais danos do que benefícios. Assim, o programa de reforma econômica já iniciado pelo governo bem como a disposição do País de entrar em negociações com o Fundo Monetário Internacional e retomar o diálogo com os bancos

deverão pesar fortemente na decisão.

A reclassificação, neste momento — disseram as fontes —, faria pouca diferença para a solidez do sistema financeiro americano, porque, com exceção do Citicorp, a maioria dos grandes bancos americanos já está com seu risco brasileiro garantido por amplas reservas. Além disso, ela em nada contribuiria para melhorar as relações do País com seus credores externos privados. Pelo contrário, envenenaria o ambiente e tornaria o processo de normalização dos pagamentos brasileiros aos bancos ainda mais difícil, comprometendo as chances de o maior devedor do Terceiro Mundo negociar um acordo de redução da dívida. Mais importante ainda, uma decisão desse tipo seria interpretada como um claro voto de desconfiança de Washington na política econômica do governo Collor, algo que a administração Bush, interessada no sucesso do programa brasileiro de reforma econômica, não parece prestes a fazer.

Paulo Sotero, de Washington

06 JUN 1990

JORNAL DA TARDE